

## ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE OS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joyce da Silva Quintal<sup>1</sup>; Cristina Maria da Silva<sup>1</sup>; Bianca Caroline Silva da Cunha<sup>1</sup>;  
Alessandra Cardoso de Jesus<sup>1</sup>; Diego Sá Guimarães<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduação, <sup>2</sup>Especialização  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
joicequin@hotmail.com

**Introdução:** A inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de grandes movimentos sociais e ações políticas. Ao longo do tempo, as sociedades democráticas vem divulgando a inclusão como direito de todos, com certa ênfase às pessoas com deficiência, em relação aos diversos espaços sociais. A deficiência pode ser conceituada como qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função corporal, incluindo a função psicológica. A classificação de deficiência se dá por categorias, sendo elas: Deficiência física, caracterizada por uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano; Deficiência auditiva, conceituada como a perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz; Deficiência visual, sendo esta pode ser a própria cegueira, na qual a acuidade visual é menor ou igual a 0,05 no mesmo olho; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 ou 0,05 no mesmo olho; ou a ocorrência simultânea de ambas; a Deficiência mental, caracterizada pelo funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos 18 anos e limitações associadas à duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, e por fim, a Deficiência múltipla, que é a associação de duas ou mais deficiências. As pessoas com deficiência tem seus direitos garantidos pela Constituição Federal, Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais ou Distrito Federal, Tratados e Convenções Internacionais, Leis Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, Decretos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais e em outros diplomas normativos. A Comissão Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência é um importante diploma normativo tendo como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar sua plena integração à sociedade, foi promulgada no Brasil pelo Decreto Federal nº. 3.956, de 08 de Outubro de 2001. Essa Convenção menciona que os países que a assinaram, tal como o Brasil, reafirmam que as pessoas com deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, e que constitui um direito da pessoa com deficiência, inclusive, não ser alvo de discriminação, uma vez que a dignidade e igualdade são inerentes a todo ser humano. As ações educativas se fazem de extrema importância por propor a superação de barreiras, não apenas físicas, mas sobretudo da falta de conhecimento, que impede a inserção plena, com autonomia, das pessoas com deficiência na sociedade, pois é através do conhecimento de seus direitos que pode haver uma participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, estabelecendo uma sociedade mais justa e mais humana para todos. **Objetivos:** A ação teve como objetivo informar à população sobre os direitos das pessoas com deficiência, garantidos pela Constituição Federal. **Descrição da Experiência:** A ação de conscientização ocorreu na Unidade de Saúde da Condor, na cidade de Belém, tendo como público alvo as pessoas que se encontravam na recepção da Unidade, que estavam à espera de marcação de exames. A ação ocorreu no dia 21 de setembro como forma de comemoração ao Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, a abordagem do público alvo foi feita através de uma conversa informativa, onde os alunos do Curso de Fisioterapia do 8º

Semestre da Universidade Federal do Pará, realizaram diversas perguntas sobre os conhecimentos prévios que essas pessoas tinham sobre os direitos da pessoa com deficiência, e dessa forma puderam acrescentar informações sobre o que esse público já sabia e abordar outros aspectos descritos na Constituição Federal sobre o qual as mesmas não possuíam quaisquer conhecimentos. Os principais aspectos abordados foram: acessibilidade, o direito ao atendimento preferencial, o direito à saúde e o direito à educação. Após o esclarecimento desses tópicos foram realizadas perguntas para o público acerca das questões que haviam sido previamente abordadas, e por fim foi realizada a entrega panfletos informativos para o público alvo. Nesses panfletos continham as informações que foram ministradas no encontro, além de números telefônicos de órgãos que prestam atendimentos para pessoas com deficiência. Importante ressaltar que antes da realização da ação, os preceptores responsáveis pelo estágio supervisionado ofertaram treinamento para os alunos, no qual foi ministrado técnicas de comunicação com o público, para que a abordagem fosse direcionada para o nível de escolaridade da população que freqüentava o ambiente em questão, além dos principais assuntos que mereciam ênfase durante o encontro. **Resultados:** Após a realização da ação educativa, pôde-se constatar que o objetivo de informar e interagir com o público havia sido atingido, visto que mais da metade da população presente na Unidade de Saúde da Condor se proporem a responder os questionamentos feitos pelos acadêmicos, mostrando interesse sobre o assunto e relatando experiências prévias destes com pessoas portadoras de deficiência. O interesse do público alvo se mostrou nítido quando estes realizaram diversas perguntas sobre locais de referência ao atendimento de pessoas com deficiência, quais serviços poderiam ser conseguidos de forma gratuita, e o que fazer para conseguir tais serviços, solicitando endereço e telefone. Outro assunto que foi alvo de extremo interesse por parte do público alvo foi a aposentadoria da pessoa com deficiência, quais eram as deficiências contempladas com o benefício da aposentadoria e quais órgãos públicos seriam responsáveis por realizar tais processos foram as questões mais debatidas. Importante ressaltar a linguagem utilizada pela equipe expositora, uma linguagem simples, com ausência de termos técnicos, para facilitar a compreensão por parte do público alvo, visto que no local de realização da ação educativa se encontravam pessoas com todos os níveis de renda e escolaridade, com predominância de baixa renda e ensino médio completo. **Conclusão/Considerações Finais:** Após a referida atividade percebemos a importância da utilização de uma linguagem clara e objetiva para a compreensão dos assuntos propostos, visto que ao final da ação educativa e da realização de perguntas acerca do tema em questão, percebemos que a maioria das pessoas que se proporem a responder, o fizeram de forma correta. Podemos concluir que as ações educativas são ferramentas de construção do conhecimento, propiciando a melhoria da qualidade de vida da população. Descritores: Pessoas com deficiência, ações afirmativas.

### Referências:

1. GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, p. 5-35, 2007.
2. MAZZOTTA, M. J. S. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-168, 2008.
3. MAZZOTTA, M. J. S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 7, p.11-18, 2003.